



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÉ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 17 - Nº 306 - DE 12 A 26 DE SETEMBRO DE 2005 - R\$ 1,50

Só os operários, camponeses pobres e demais explorados poderão responder à crise do governo Lula. Só com independência de classe os trabalhadores enfrentarão os crimes da burguesia

- Diante da fome e da miséria
- Dos assassinatos de sem-terra
- Da violência policial contra os sem-teto
- Do massacre da juventude pobre
- Do desemprego massivo
- Das reformas antinacionais e antipopulares
- Do não cumprimento das promessas eleitorais
- E diante da corrupção do governo PT/Lula

Constituir um Tribunal Popular

Um Tribunal Popular para julgar os crimes desse governo contra a vida dos explorados e contra a corrupção.

- Diante das acusações contra o PDSB de Minas Gerais ter feito o mesmo
- Do fato de que todos partidos do parlamento são corruptos
- De que o Congresso é controlado por quadrilhas de políticos burgueses
- De que as CPIs servem apenas às disputas dos bandos capitalistas por interesses próprios
- De que a crise vem da concorrência interna entre as quadrilhas que parasitam o Estado
- De que FHC cometeu crimes contra a economia e os trabalhadores
- De que aliança PSDB/PFL/PMDB impôs desemprego e a miséria
- E do fato de que o governo Lula acobertou os crimes de todos eles

Pôr em pé um Tribunal Popular para julgar os crimes de toda burguesia contra a vida dos trabalhadores e a corrupção

O suborno de três mil reais nos Correios deu lugar à revelação de que o PT movimentava milhões por meio de negociatas com empresários. O PT/Lula deu a arma que o PSDB/PFL precisavam. Os demais partidos da oposição (PDT/PPS/PSol) passaram a compor a frente peesedebista/peefelista nas CPIs.

O que aconteceu até agora?

De um lado, a frente burguesa oposicionista quer convencer a população de que o PT e seu governo são responsáveis por toda corrupção e que, para proteger a democracia, vão punir os corruptos. Os antigos ladrões e traficantes do dinheiro público querem ser juízes do PT/Lula. E para quê? Para chamar os trabalhadores a votar no PSDB/PFL. É assim que pretendem recuperar as ilusões da maioria nos grandes partidos da burguesia.

De outro lado, o PT diz que apenas uma parte de sua direção cometeu "erros" e "ilícitos". Quer que os trabalhadores continuem com o partido e não se vão para o PSDB/PFL. Mas, na verdade, o PT como um todo é responsável pela corrupção. Todas suas correntes internas viam que rios de dinheiro eram usados nas campanhas eleitorais e que as alianças com o PL/PTB/PP não eram de graça. É típico da política burguesa justificar que só algumas laranjas do cesto estavam podres. E sobre o governo Lula? Em meio a tantas denúncias, comparece como um santo e protetor da castidade.

O governo movimenta a CUT/UNE/Sindicatos para se defender contra uma possível cassação. Que se cassem parlamentares do PT, mas que não se mexa com Lula. As direções sindicais do PT e do PCdoB correm aos trabalhadores para defender seu santo.

Temos assim: a frente burguesa PSDB/PFL aproveita a corrupção do PT/Lula para tomar deles o apoio popular-eleitoral; e a burocracia sindical chama suas bases para manter o apoio ao governo da aliança do PT com PP, PL, PTB. Está aí claramente a divisão interburguesa.

O PT passou a definitivamente ser parte da política capitalista contra os explorados. Nessa divisão, se os explorados vão atrás do PSDB/PFL fortalecem seus exploradores e algozes. Se ficam com o PT, defendendo Lula, mantêm um partido e um governo corrompidos na política dos exploradores e algozes. Nenhum desses caminhos serve aos pobres e famintos.

É preciso se livrar dessa divisão e usá-la para defender as reivindicações próprias dos trabalhadores. Nem opo-

sição burguesa, nem governo do PT/Lula, traidor das esperanças populares e apodrecido em meio à dinheirama da burguesia. *Por um Tribunal Popular que julgue os crimes da burguesia contra a maioria explorada. Que seja constituído por representantes eleitos nas fábricas, demais locais de trabalho, bairros pobres, movimentos, escolas etc e que tenha maioria operária.*

Construir o Partido Operário Revolucionário

Lutar por um governo operário e camponês

Organizar os explorados em organismos de base

Conquistar a independência e a democracia sindicais

Varrer a burocracia corrupta e governista da CUT

A crise do PT/Lula traz importantes lições: 1) O PT se corrompeu com o dinheiro da burguesia porque seu programa de reformar o capitalismo era burguês; 2) O PT fracassou no seu objetivo de transformar o Estado - foi o Estado capitalista que o transformou; 3) O objetivo de dirigir o Estado capitalista o tornou um partido dos exploradores contra os explorados; 4) A política burguesa do PT serviu para bloquear a organização de base dos trabalhadores; 5) O PT dirige uma burocracia sindical corrompida, que submete os sindicatos aos interesses patronais e elimina a democracia sindical; 6) A burocracia dirigente petista estatizou a CUT e a tornou governista.

Como se vê, nossa luta não se resume à podridão do PT/Lula e nem parte dela. Partimos da necessidade de conquistar a independência dos explorados frente ao Estado capitalista e à política burguesa. É com a política de classe do proletariado que enfrentaremos os partidos da burguesia em seu conjunto, entre os quais está o PT e sua burocracia sindical.

Trabalhadores e jovens oprimidos, o maior crime do PT não foi o da corrupção, que é consequência, mas sim o de se tornar um governo da ditadura de classe da burguesia contra a maioria explorada. É preciso entender a fundo essa verdade para lutarmos por um governo operário e camponês (ditadura do proletariado contra a burguesia) e pôr em pé um verdadeiro partido operário revolucionário.

Por um Tribunal Popular contra a fome, a miséria e os crimes da burguesia.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Aonde vai a crise do governo

Os acontecimentos já atingiram o presidente Lula. Para os propósitos do PSDB/PFL, que são mostrar o quanto o PT e o seu governo estão envolvidos com a corrupção, as provas são concluintes. O impeachment é a peça de final do jogo, se necessário for e as condições permitirem.

A fase jurídica do processo político já está praticamente cumprida. Há uma confluência de dados sobre o tráfico do PT e de seus aliados que enovelaram inteiramente a campanha eleitoral que deu vitória a Lula e que se ampliou sob a administração governamental petista. O impeachment, agora, é uma questão estritamente política.

O objetivo primeiro do PSDB/PFL, que comandam o desmonte do governo, é separar Lula de sua ampla base eleitoral.

Faz 100 dias de bombardeios cerrados contra o capital político de vinte e cinco anos do PT, materializado na vitória de Lula contra a oligarquia partidária. A meta da frente oposicionista, encabeçada pelo PSDB, é a de inviabilizar a reeleição de Lula. Eis por que figuras do PFL levantam o impeachment conforme cada nova denúncia. E os peessedebistas, por sua vez, pedem cautela, na voz veludosa de Fernando Henrique Cardoso. A grande imprensa se encarrega de dar as conotações dramáticas e pacíficas. Todos se apresentam severos e angelicais. Dão a entender que estão fazendo o possível e o impossível para que a crise não chegue à cassação do mandato de Lula. Isso para demonstrar que o destino do presidente Lula está em suas mãos.

O cerco é para que o caudilho de 52 milhões de votos renuncie ou desista da reeleição. É um impeachment sem dor. Mas Lula resiste ao parto "normal".

O que resta então aos renhidos novos cristãos da ética e da democracia para prostrar de vez o líder máximo do PT? Obter a segurança de que a maioria dos explorados que se iludiram com Lula abandonaram o caudilho. O que o inviabilizaria como candidato.

Dois passos foram dados pelo PSDB/PFL – o PDT/PPS e em certo sentido o PSOL os seguem: 1) arrebataram o PT político, moral e materialmente; 2) colocaram o presidente sob condição de refém. E, na situação, contam com a repercussão negativa cada vez mais ampla no seio da população.

O afastamento das massas do PT/Lula por meio da desmoralização moral – e não por meio da experiência com a opressão burguesa exercida pelo governo – é uma vitória do PSDB/PFL, sem que houvesse luta. O PT/Lula se espatifou no âmbito estrito da política burguesa. Assumiu a política econômica da coligação derrotada (PSDB/PFL/PMDB), foi arrebatado no meio do caminho pelas mesmas forças e que mantêm no alto a bandeira do neoliberalismo.

É do interesse do grande capital que Lula chegue ao fim, escoltado e encabrestado por aqueles que foram derrotados eleitoralmente.

É fundamental entender a decomposição do PT/Lula para combater a posição de apoio traçada pela CUT/MST/UNE e para rechaçar a estratégia da direita burguesa. Somente uma



Lula e Severino: novo foco da crise

posição de independência das organizações dos trabalhadores poderá extrair as lições da crise para fortalecer o movimento social.

Ensinamentos da crise

As várias correntes que disputam internamente a direção do PT têm em comum uma conclusão: a crise trouxe-lhes ensinamentos e exigências de mudanças. No "Campo Majoritário", a ala do ex-ministro Tarso Genro levantou a bandeira de "refundação" do partido. Perdeu para o grupo de José Dirceu, que no máximo admite erros nas alianças. A corrente mais à esquerda, O Trabalho, - ultra-minoritária - considera que o PT sofreu um desvio de percurso e que deve retomar o manifesto de sua fundação. O agrupamento de Plínio, a maior força oposicionista, a reduz a degenerescência do PT às alianças e à política econômica neoliberal. Plínio admite a reeleição de Lula, caso mude seu governo nesses aspectos críticos.

De fato, as várias candidaturas de oposição ao Campo Majoritário, cada uma munida de explicação sobre a corrupção, trabalham por dar uma nova fisionomia ao PT. Considerando que a crise não só libera forças destrutivas, mas também construtivas (possibilidade de mudança de sua direção).

Quanta ilusão! Quanta farsa! Quanta hipocrisia!

Na realidade, o principal ensinamento é que o PT encerrou o seu ciclo histórico, como partido que se propunha a reformar o capitalismo e a favorecer a maioria explorada. O petismo continuará politicamente ativo, mas já não terá como se diferenciar, aos olhos da população trabalhadora, em nenhum aspecto, dos demais partidos da burguesia. A continuidade do grupo de Dirceu mostra a força dessa ala da burocracia partidária.

Mas não só o PT fala em lições da crise. Os seus opositores no Parlamento – PSDB/PFL/PDT/PPS – dizem que a grande vantagem dos acontecimentos vem da democracia e da estabilidade institucional. Acrescentam que a apuração da corrupção "sistêmica" do PT trará novas posturas entre os partidos e nas esferas administrativas.

Essas conclusões não passam de máscara para turvar a forma de existência da democracia burguesa. Os partidos que a

compõem expressam os mais variados interesses de grupos econômicos e seu parasitismo. Todos dependem do milionário financiamento de campanha pelo capital e sobrevivem da máquina estatal.

Os partidos pertencem a uma determinada classe e refletem interesses particulares desta ou daquela fração. Trata-se de partidos da classe capitalista, por isso dependem do seu dinheiro. O tráfico político e toda sorte de corrupção são consequência. A lição que se deve tirar é que a dinheirama manejada pelo PT é parte da democracia burguesa e da disputa dos partidos pelo comando do Estado.

A denúncia do dia vem contra o presidente da Câmara Severino Cavalcante. Impressionante, o homem subornou um dono de restaurante. Quem colocou Severino no posto de comando da Câmara? Justamente, aqueles que querem sua cassação. Com a maior desfaçatez, põem de lado suas responsabilidades. E o governo que sofreu a derrota para Severino/PSDB/PFL, o que fez? Cooptou o homem. Todos conheciam o fisiologismo e o nepotismo do deputado malufista. Esse exemplo representa bem a democracia e as instituições políticas da burguesia.

O vai-vem das correntes de esquerda ao redor das disputas interburguesas

Existe uma tendência na situação política das frações da burguesia arrastarem as massas. O resultado é a presença de dois grandes blocos: a) o do governo e partidos aliados; b) da oposição burguesa impulsionada pelo PSDB e PFL. O movimento sindical está dividido em torno desses dois blocos: A CUT/UNE apóiam o governo e a Força Sindical apóia a oposição burguesa. Com isso, os trabalhadores ora estão sendo convocados para os atos da CUT/UNE, ora para os atos da Força Sindical.

As correntes de esquerda estão tentando tirar proveito da crise política para se potenciarem eleitoralmente. O caso mais evidente é do PSol. O PSTU não quer deixar transparecer-se como alternativa eleitoral e, por isso, mistura consignas eleitorais com as de mobilização.

O PSTU, que levanta a bandeira de Fora Todos diz *"queremos que os trabalhadores derrubem o governo, o congresso e esses partidos"*. *"somente um governo verdadeiramente dos trabalhadores poderá pôr um fim à corrupção e aos planos neoliberais [...]. É verdade que não temos força hoje para conquistar isso. Para isso, é preciso que os trabalhadores, a juventude e suas organizações confiem em suas próprias forças e se mobilizem, começando por ocupar as ruas até que se tenham condições de organizar uma verdadeira greve geral que paralise o país. Esse é o caminho da mudança"*. (Boletim Nacional do PSTU); No Boletim da Conlutas diz assim: *"Cassação de direitos políticos, confisco dos bens e cadeia para todos os corruptos e corruptores"*, *"Os trabalhadores devem afirmar uma alternativa de luta independente e oposta a esse governo corrupto e aliado dos banqueiros e também oposta ao PSDB/PFL"*.

Os zigue-zagues do PSTU desde o começo da crise já são muitos. Começou levantando a bandeira de oposição a Lula, passou para oposição de esquerda a Lula, considerou a CPI limitada, considerou-a chapa branca, reivindicou uma investigação independente, pediu que o Ministério Público investigasse

Da crise, cada qual tira seu proveito. Trata-se, no entanto, de conclusões que não escapam da mesma matriz: a da política burguesa. Evidentemente, todos abstraem o conteúdo de classe da falência do PT, inclusive a esquerda petista mais radical.

As direções do movimento sindical e estudantil que apóiam o governo seguem esse jogo e mostram ausência de independência política e material frente ao Estado.

As massas oprimidas também, pela experiência e a seu modo coletivo, tiram suas lições, mesmo que vagarosa e instintivamente. Por um lado, vêem com cautela e desconfiança o movimento da oposição no sentido do impeachment de Lula, reconhecendo os interesses do PSDB/PFL/PDT/PPS; e por outro lado o movimento da CUT/UNE/Sindicatos/MST de apoio ao governo enlameado e comprometido com o grande capital.

Aqui chegamos a uma inestimável lição de classe: é preciso conquistar independência político-organizativa da CUT/UNE/Sindicatos/MST. Defender um Tribunal Popular, as reivindicações da população trabalhadora e lutar pela construção do partido operário revolucionário.

Lula, foi para o "Fora Lula" e chegou ao "Fora Todos". Fala que a corrupção é *"própria do sistema capitalista"*, mas pede que organismo do Estado capitalista investigue o governo Lula. Denuncia o congresso como corrupto, admitiu a possibilidade de defesa do impeachment e finalmente rechaça *"qualquer iniciativa desse congresso de julgar o impeachment"* e quer que os trabalhadores *"derrubem o governo"*, mas reconhece que *"não tem força para conquistar isso"*. Chama os trabalhadores e a juventude para as *"ocupar as ruas"*, mas não é hora da *"greve geral"*. Por fim quer a cassação de todos, mas não diz com que meio. Isso mostra o vai e vem de uma política que não se assenta na construção do partido revolucionário e que necessariamente depende da *"alternativa eleitoral"* para se potenciar.

Há uma pressão das seitas esquerdistas para mostrar que as bandeiras que levantavam no início do governo Lula, como *"Abaixo o governo"* e *"greve geral"* estariam corretas. Finalmente, embocam-se por detrás do PSTU, com o "Fora Todos". A diferença está entre a *"greve geral já"* e a *"construção da greve geral"* (PSTU). As seitas pretendiam que a Conlutas marcasse a data da greve geral. Como se vê, estão completamente distantes do que se passa no seio das massas. Quanto ao PSTU, a idéia de construir a greve geral não passa de retórica oportunista, para justificar o "Fora Todos" e acobertar o eleitoralismo.

A tarefa do partido revolucionário é defender a independência política para que as massas não sejam arrastadas pelas frações burguesas. A bandeira dos Tribunais Populares permite expressar a independência de classe. E preciso se apoiar nas reivindicações das massas, no método da ação direta e nas bandeiras que expressam a independência de classe frente aos partidos burgueses e ao governo corrupto. E rechaçar o sectarismo e o oportunismo das esquerdas inconsequentes.

PCdoB frente à crise do PT/Lula

O ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, enviou uma carta à CPI incluindo mais dois nomes entre os partidos recebedores de dinheiro por meio do tráfico com a SPM\Valério e o BMG\Banco Rural: PCdoB e PSB. Ambos da base aliada do governo Lula. Até esse momento, os dois partidos tinham sido poupados. Nenhum registro compareceu nas investigações das CPIs. É bem possível que o PSB\PCdoB figurassem como peixe pequeno nas transações financeiras de sustentação de campanhas.

Renato Rabelo, da direção do PCdoB, emitiu um comunicado desmentindo a citação de Delúbio. Considera uma forma de envolver o PCdoB nas investigações. O PSB, por sua vez, reagiu com o argumento de que não se pode generalizar a denúncia a todo partido. Ocorre que o deputado Paulo Rocha do PT já havia revelado o envolvimento do PSB de Minas.

A contestação do PCdoB à denúncia de Delúbio é difícil de ser acreditável, parece mais um jogo de cena, como todos envolvidos fizeram, inclusive o PSDB, no caso Azeredo. Não há nenhuma justificativa plausível para que Delúbio delatasse o PCdoB sem mais nem menos.

A explicação de que se trata de um ato de envolvimento do

PCdoB como tática de auto-defesa de Delúbio não tem a menor sustentação. O PCdoB não tem importância na disputa inter-burguesa entre os grandes.

A posição de parasitismo do estalinismo na relação do PCdoB com o PT, que lhe tem servido de escada eleitoral para eleger alguns deputados e de instrumento para lhe favorecer com cargos no Estado, indica que há uma adaptação promíscua. Um exemplo é da verba estatal recebida pela UNE.

O PCdoB tornou-se um partido completamente fisiológico e parasitário. No passado, João Amazonas acusou o trotskismo de alentar a criação de um partido social-democrata – o PT –, cuja função era a de inviabilizar o partido comunista. Os acontecimentos mostraram que o PT passou a ser o principal meio do PCdoB se manter como partido eleitoral, totalmente adaptado à politicagem burguesa.

As raízes de sua corrupção política e material se encontram nas teses estalinistas do caráter progressista de setores progressistas da burguesia nacional. Ao contrário do que disse João Amazonas, o PT e PCdoB trabalham juntos contra a tarefa do proletariado pôr em pé um partido comunista (marxista-leninista-trotskista).

Ato em Brasília – 17/08/05 – Informe de São Paulo

Conlutas realiza manifestação em Brasília e defende fora Lula e o congresso

Diante da crise no governo PT/Lula que se encontra envolvido até o pescoço no esquema de corrupção, inerente ao Estado burguês e seus partidos, a Conlutas, juntamente com outras correntes políticas, realizaram no dia 17/08 uma manifestação em Brasília contra a corrupção. O PSTU e as outras correntes que assinaram o manifesto e puderam falar no ato defenderam a bandeira de “Fora todos. Fora Lula, Congresso, PT, PSDB, PFL...”.

O tom do ato dado principalmente pelo PSTU foi o de que é preciso “criar uma nova alternativa política de esquerda para os trabalhadores, uma terceira força”. O presidente nacional do PSTU, Zé Maria, disse no encerramento do ato que não é possível que diante da crise política, os trabalhadores e jovens do país aceitem que suas alternativas limitem-se ao PT/PCdoB, de um lado, e a oposição burguesa, comandada pelo PSDB/PFL de outro, pois todos disputam ferozmente o poder do Estado. Disse, também, que a “terceira alternativa” a ser construída deve ser uma resposta à dúvida da população que se pergunta: “mas caindo Lula, quem entra?”

É exatamente aí que se manifesta a contradição e o oportunismo do PSTU. Apesar de ter colocado em seu manifesto que essa “terceira alternativa” deve ser construída através da mobilização direta das massas e que a saída para a crise não pode ser eleitoral ou se limitar ao parlamento e ao congresso, em nenhum momento o PSTU falou que a única saída para a crise é a defender a independência e as reivindicações dos explorados da cidade e do campo, através da aliança operária e camponesa com o método da ação direta, para destruir o Estado burguês e construir o Estado operário. O PSTU fez o contrário, realizou

um ato com apoio de partidos eleitoreiros como, P-SOL, que participa da CPI, instrumento da burguesia formada pelos partidos burgueses e suas quadrilhas e o PPS, que é um partido fisiológico que estava na base do governo até pouco tempo atrás. Esta é a “terceira força” que o PSTU quer construir, ou seja, uma aliança com partidos eleitoreiros que estão no poder do Estado e alimentam as ilusões nos trabalhadores de que é possível mudanças através do parlamento burguês.

O PSTU é tão oportunista que, para tentar esconder sua verdadeira estratégia que é construir uma frente eleitoreira, e até mesmo para não afastar sua militância, colocou em seu manifesto de Brasília que os trabalhadores não podiam acreditar no PPS e no PDT, pois estes fazem parte da oposição burguesa. No final da manifestação, a máscara do PSTU caiu quando um representante do PPS falou ao lado do Zé Maria no caminhão de som. O que certamente já estava acordado por trás.

Sabem porque o PSTU faz alianças com estes partidos? Porque o PSTU também é um partido eleitoreiro. Reivindica da revolução e do socialismo apenas para atrair a vanguarda. Que partido revolucionário é esse que para concorrer às eleições submete-se às leis da justiça eleitoral burguesa e o militante pode se filiar ao partido pela internet? Não é essa a tática de todos os partidos eleitoreiros que querem chegar ao poder do Estado através do voto?

Ao mesmo tempo que chamou o P-SOL para fazer parte da “terceira alternativa”, o PSTU os criticou por quererem que o congresso decida se aceita ou não um plebiscito para que o povo decida se o Lula deve sair ou não. Segundo o PSTU, o P-SOL desta forma alimenta a ilusão dos trabalhadores no con-

gresso, o que é verdade. Nós concordamos que não se deve ter ilusão nenhuma no congresso. O que o PSTU não diz é que ele também entrou com uma ação no ministério público pedindo que o Lula fosse investigado, alimentando a mesma ilusão.

Outra bandeira do PSTU que demonstra sua ilusão no Estado burguês é quando defende: “prisão e confisco dos bens de corruptos e corruptores”, e não defende os tribunais populares como única forma de punir os crimes da burguesia e seus partidos.

O Partido Operário Revolucionário (POR), participou da manifestação em Brasília defendendo em seu manifesto que os trabalhadores e a juventude devem intervir na crise com independência frente à disputa interburguesa no Estado. Defendeu que a resposta ao apodrecimento do PT/Lula e à disputa da oposição burguesa (PSDB, PFL, PDT, PPS etc), é constituir um tribunal Popular para julgar de conjunto os crimes da burguesia e de todos seus partidos contra a vida das massas. A estratégia defendida pelo POR é a do governo operário e camponês, que sairá da ação direta dos explorados da cidade e do campo em defesa de suas reivindicações próprias como, salário mínimo real calculado pelas assembleias, escala móvel das horas de trabalho para por fim ao desemprego, recomposição de todas as perdas salariais, entrega das terras aos camponeses sem indenização dos latifundiários, trabalho e educação pública e gratuita a todos os jovens em todos os níveis, expulsão do imperialismo, não pagamento das dívidas externas e internas, rompimento de todos os acordos com as potências e independência do país. Somente com a aliança operária e camponesa será possível destruir a burguesia, seu Estado e construir um Estado Socialista, Ditadura do proletariado.

Segundo Encontro Nacional da Conlutas

Dia 18/08, um dia depois da manifestação em Brasília, a Conlutas realizou seu segundo encontro nacional, que tinha como objetivo discutir as propostas para o congresso nacional da entidade que acontecerá nos dias 28, 29 e 30 de abril/06 em São Paulo, como ficou definido no encontro.

Uma nova burocracia.

O encontro foi dividido em duas partes. Na parte da manhã foi feita a análise de conjuntura e a tarde debateu-se sobre a Conlutas. A primeira parte já começou atrasada, 11:30 da manhã, o que não permitiu que todos os inscritos pudessem falar.

Logo no início, aconteceu o primeiro sinal de burocratização que se estendeu até o final do encontro. Um membro da mesa defendeu que os primeiros a falar deveriam ser os representantes das correntes que compõem a coordenação da Conlutas. Uma companheira pediu a palavra e defendeu que todos deveriam ter os mesmos direitos e que deveria seguir a ordem de inscrição. A mesa simplesmente colocou em votação e como a maioria do plenário era do PSTU, foi aprovada a proposta da mesa.

O primeiro a falar foi o Zé Maria (PSTU). Ele falou sobre a crise política, as denúncias de corrupção no governo e defendeu o fora todos, fora Lula, congresso, PT, PSDB, PFL. Falou mais uma vez que era necessário construir uma “terceira alternativa política de esquerda” para fazer oposição ao governo Lula e a oposição burguesa PSDB/PFL. Ao mesmo tempo, chamou o P-SOL para fazer parte dessa terceira alternativa, o



Manifestação em Brasília contra o governo reuniu 20 mil

PSTU criticou o P-SOL por estar defendendo um plebiscito para saber se o Lula fica ou não e a partir daí chamar novas eleições.

Como não poderia deixar de ser, o PSTU exaltou a manifestação do dia anterior contra o governo chamado pela Conlutas, e disse que a CUT e a UNE não conseguiram levar a metade das pessoas no ato de apoio ao governo feito dia 16/08. Usou os mesmos argumentos subjetivistas e abstratos para defender o rompimento com a CUT, UNE e construir a Conlutas.

O próximo a falar foi o P-SOL. Assumiu que defendem sim um plebiscito e novas eleições, alegando que não estamos num período revolucionário. De fato, não há uma situação revolucionária, mas isso não justifica a defesa de uma saída da crise por meio de um instrumento que serve ao PFL/PSDB. O P-SOL para não ficar apenas na defensiva, foi pra cima e disse que o PSTU não poderia criticá-los por estarem defendendo novas eleições, pois o PSTU também defendeu novas eleições no governo Collor.

A Fração Trotskista e LBI criticaram o PSTU em vários aspectos. Mas acabaram seguindo o PSTU na aventura de criar uma nova central, que para eles deve ser “soviética”. Finalmente, a LBI acabou aderindo ao “Fota Todos” do PSTU.

Na segunda parte do encontro, a coordenação da Conlutas já veio para a mesa com um documento intitulado: “Proposta da Coordenação Nacional sobre o Congresso”, que eles haviam elaborado na hora do almoço. O documento foi distribuído para o plenário, à mesa fez uma leitura e disse que quem tivesse proposta diferente em algum ponto do documento poderia fazer o destaque para propor mudança.

Os principais pontos do documento eram: data do congresso, natureza da Conlutas, critérios para eleição de delegados nos sindicatos, nos estudantes, nos movimentos populares e sociais e etc.

Neste momento várias correntes se inscreveram para propor mudanças no documento. Um militante do Partido Operário Revolucionário (POR) se inscreveu e propôs mudança no ponto que dizia: “a natureza da alternativa que estamos construindo é sindical e popular, abrigando entidades sindicais, estudantis e movimentos sociais”, ou seja, a proposta da coordenação era romper com a CUT e construir uma nova central.

Na sua intervenção, o militante do POR se colocou contra a proposta da coordenação de romper com a CUT e defendeu a Conlutas como uma frente de oposição revolucionária para atuar no interior da CUT, defendendo a independência dos sindicatos e movimentos sociais em relação ao governo, defender a democracia operária e travar a luta contra a burocracia sindi-

cal cutista e não cutista.

Em seguida, foi aberto para que a coordenação e o militante do POR fizessem a defesa de suas posições. O Mancha (presidente do sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos) defendeu a proposta da coordenação de romper com a CUT, alegando que não é mais possível resgatar a CUT como um instrumento de luta dos trabalhadores, que a CUT está burocratizada, está dando apoio total ao governo Lula e que é necessário construir uma nova central para organizar as lutas.

O militante do POR considerou um erro a proposta de romper com a CUT, pois está na contramão da tarefa de combater a burocracia sindical cutista. Concordeu com o Mancha quanto à burocratização da CUT, porém, acrescentou que a CUT se burocratizou há muito tempo, não é de hoje. Disse que romper com a CUT é deixar a maioria dos trabalhadores do país nas mãos da burocracia sindical e dificultará ainda mais o combate para derrotar as direções traidoras. O que a burocracia quer é que os revolucionários rompam com a CUT, pois a partir daí terão um campo fértil para continuar fazendo sua política de conciliação sem nenhuma intervenção das direções classistas em suas bases. Disse ainda que a maioria dos sindicatos do país está nas mãos da burocracia sindical, exemplo disso, são os metalúrgicos do ABC, onde todas as fábricas são dirigidas pela burocracia. O militante do POR encerrou dizendo que ao contrário de romper com a CUT e construir uma nova central superestrutural, desligada das massas, a Conlutas deve funcionar como uma frente de oposição revolucionária, criando comitês em todo o país, defendendo a independência e democracia operária, apoiando-se em um conjunto de reivindicações que coloquem os explorados contra a política entreguista da burocracia sindical e seu governo vende pátria e corrupto.

A defesa do emprego, salário, terra, fim das reformas neoli-

berais e rompimento com o imperialismo constituem um ponto de partida para combater o governo PT/Lula pró-imperialista e desenvolver a estratégia da revolução e ditadura proletária. Isso é o que o POR defende para a Conlutas.

Feita as defesas, a mesa colocou em votação as duas propostas, venceu a proposta da coordenação de romper com a CUT. É importante dizer que o POR foi o único partido no encontro que defendeu a Conlutas como uma frente de oposição revolucionária e se colocou contra romper com a CUT.

A corrente "Estratégia Revolucionária" fez uma proposta de mudança nos critérios para eleição de delegados, que segundo eles eram anti-democráticos, e eram. O documento apresentado pela coordenação dizia que seriam eleitos 5 delegados, mais 1 para cada 500 trabalhadores na base. E que a oposição teria direito a 2 delegados mais 1 para cada 500 trabalhadores de sua base. Dizia também que a oposição teria sua representação definida pelo percentual de votos que ela tivesse nas eleições.

O militante do Estratégia defendeu que os critérios para eleição de delegados deveriam ser iguais para todas as correntes. Denunciou a coordenação da Conlutas de começar já burocratizada, e que a CUT começou sua burocratização desta forma. A coordenação defendeu a diferenciação. Colocaram em votação e venceu a proposta da coordenação. É importante assinalar que a "Estratégia Revolucionária", que diz ser contrária ao rompimento com a CUT, ficou caladinha diante das posições do POR de denúncia do divisionismo da Conlutas.

As outras correntes que haviam apresentado propostas de mudanças ao documento, percebendo que a coordenação já estava fechada e que não havia espaço para debater, retiraram as propostas que haviam feito e começaram a protestar chamando a coordenação de estalinista e burocratas.

Ato do dia 17/08 e Encontro da Conlutas - Informe do Rio Grande do Norte

Importância e limites da manifestação da Conlutas

Os milhares de manifestantes em Brasília expressaram a necessidade de combate à política do governo Lula/PT de continuidade das reformas neoliberais e a corrupção. Os anseios dos trabalhadores por 10 milhões de empregos, comida aos miseráveis e reforma agrária foram frustrados. O PT criou expectativa de mudança em favor dos desempregados e famintos. Fez o contrário, ajudou e ajuda os ricos a ficarem mais ricos e os pobres mais pobres.

A política de adaptação ao sistema e Estado burgueses conduziu o PT à corrupção. A idéia de conquistar melhorias aos trabalhadores respeitando os limites do capitalismo traduziu-se em prostração do PT aos interesses da burguesia pró-imperialista e na utilização da política burguesa, como a corrupção, para poder administrar o Estado.

A marcha, por expressar o repúdio a tudo isso, cumpriu seu objetivo. E demonstrou que a Conlutas deve se constituir numa frente de ação direta, sob as bandeiras dos trabalhadores e da juventude oprimida.

Mas teve limites. Devido ao seu direcionamento, a marcha não levantou as reivindicações dos trabalhadores como eixo central. Circunscreveu-se a discursos sobre a corrupção. A

Conlutas\ PSTU fez a convocação dos trabalhadores para a Marcha com a palavra-de ordem de ir para as ruas para pressionar o Congresso burguês a apurar rigorosamente a corrupção através da CPI e punir os envolvidos, evitando assim que ela terminasse em "pizza".

Essa posição desconhece o caráter interburguês da crise e fortalece as ilusões de que o Congresso e a CPI, pressionados pelos trabalhadores, podem apurar ou punir os corruptos e corruptores.

O fora todos

O PSTU puxou as palavras-de ordem "Fora todos" e "greve geral", mas apenas como retórica. Evidentemente porque não reflete a atual situação das massas.

Ao usar da palavra na Marcha, o seu orador Zé Maria, por exemplo, afirmou que os trabalhadores não têm condições de impor o "Fora todos", portanto, conclamou a "um amplo processo de mobilização" para a constituição de uma terceira força, para não permitir que o desgaste do PT (O PSTU não se refere ao PCdoB) não reconduza o PFL/PSDB de volta ao go-

verno.

Zé Maria terminou chamando o PCB e P-SOL para a constituição de uma Frente Ampla. Ou seja, como os trabalhadores não têm condições de impor o "Fora todos" pela via revolucionária, o PSTU chama a constituir uma alternativa para as eleições futuras.

Apesar do PSTU em seu panfleto criticar a presença do PDT e PPS, está claro que sua Frente Ampla é uma alternativa eleitoreira.

O POR entrevistou na Marcha repudiando a presença dos partidos burgueses (PDT, PPS, PRONA, PV), afirmando a necessidade da luta independente dos trabalhadores. Para isso, não acreditar na CPI e caracterizar a crise política como fruto das disputas interburguesas e a corrupção como parte integrante do Estado capitalista. Atuou na manifestação com a defesa de convocação de um Tribunal Popular, para apurar os crimes do PT e de toda burguesia. Levantou também, no seu Manifesto, as reivindicações operárias, camponesas e da juventude.

A PLENÁRIA DA CONLUTAS

A Coordenação aprovou todos os seus critérios para o Congresso como também a intenção de transformar a Conlutas em uma nova central sindical. A única mudança é que agora, ao invés da idéia de substituir o lugar da CUT, a Coordenação lançou a possibilidade de convivência simultânea com as demais centrais: a Conlutas é "uma alternativa que se constrói apoiada e respeitando as organizações existentes e não em substituição a elas" (Proposta da Coordenação Nacional sobre o Congresso). Essa formulação serve para acomodar os oportunistas que recomendam cindir a CUT, mas não virar as costas para a maioria dos trabalhadores que continuam sob a direção da burocracia petista.

A Plenária da Conlutas caracterizou-se pela falta de democracia sindical, prevalecendo os acordos de cúpula. Manifestou tendência à burocratização. Tornou, assim, a Plenária uma formalidade. O ponto culminante da burocratização se revelou na votação do Manifesto da Plenária. Os participantes não tiveram acesso a uma cópia, o que tornou impossível a discussão de seu conteúdo e impossibilitou mudanças. Inclusive foi negado o direito a declaração de voto aos que se abstiveram na votação.

A POSTURA DAS CORRENTES

Na Plenária, o PSTU foi contra a marcar a data da greve geral, num claro reconhecimento da influência minoritária da Conlutas. Portanto, levantou uma palavra-de-ordem com consciência de sua impossibilidade prática. E abriu mão do "Fora todos", dando a entender que havia setores da Coordenação Nacional (e o P-SOL) contrários a esta palavra-de-ordem. Neste sentido, o PSTU, sendo maioria, dava sinal de que não queria impor nada a ninguém, mantendo assim a unidade com os demais setores. Tal conduta "generosa" do PSTU não o norteou na Conlute (estudantil), onde houve setores também contrários ao "Fora Todos". Como se vê, prevaleceu o pragmatismo. O PSTU abriu mão do "Fora todos" para manter sua aliança com as direções sindicais que romperam com o aparelho burocrático do PT e PCdoB, mas que não romperam com a política reformista e para manter uma esperança de aliança eleito-

ral com o P-SOL.

O reformismo das direções sindicais ficou a mostra na proposta de Manifesto apresentado ao Plenário. Ao afirmar que são contrários à privatização do Estado, criam a ilusão da possibilidade da transformação do Estado em público. Como se o problema fosse o controle do Estado por uma elite que se beneficia e não uma questão de classe. Assim, é preciso retirar essa elite (geralmente pelas eleições) e colocar homens que não se apodemem do poder de Estado para si mesmo, mas para a sua utilização como um "bem público", que beneficie a todos (a elite e a não-elite?). Enfim, o PSTU colaborou com uma caracterização do Estado anti-marxista e, tradicionalmente, reformista.

P-SOL

O Psol pronunciou-se na Marcha por um plebiscito revogatório dos mandatos dos parlamentares e presidencial, antecipando as eleições. Uma saída nos marcos do sistema capitalista, que só serve para reorganizar as forças burguesas que se recomporiam através do fortalecimento das ilusões democráticas dos trabalhadores ao direcionar a insatisfação popular para a substituição dos mandatários por meio das eleições. Não disse nada da presença do PDT e PPS na marcha.

Foi muito criticado pelo PSTU na Plenária, mas o P-SOL respondeu lembrando que no "Fora Collor", a Convergência Socialista (grupo que formou o setor majoritário no PSTU) chamou "eleições gerais". Portanto, igual à palavra-de-ordem atual do P-SOL. Os morenistas calaram-se.

LBI

Abriu mão de sua palavra-de-ordem de "Abaixo Lula" e apoiou na Plenária o "Fora todos" do PSTU, como também exigiu que se marcasse a data da greve geral. A seita mostrou seu oportunismo, arrastando-se por detrás do PSTU. De repente viu que o PSTU estava mais à esquerda. Esquerdizou mais ainda, propondo que se marcasse a greve geral. Pura insanidade.

FRAÇÃO TROTSKISTA

Ao sentir o rolo-compressor da aliança do PSTU com as direções sindicais reformistas (travestidas de Coordenação Nacional), logo no primeiro embate, a Fração retirou sua proposta de transformar a Conlutas em uma central sindical soviética e caracterizou o evento como burocrático.

A fantasia (subjetivismo) da Fração caiu por terra e a conduziu a um beco sem saída (uma armadilha). Acuados pela realidade de uma Conluta aparelhista, tiveram de abandonar sua luta por uma central sindical soviética. Outra insanidade de outra seita

O POR

Na Plenária, defendemos a Conlutas como uma frente de combate pelas reivindicações das massas. Rechaçamos a ruptura com a CUT a despeito das massas assalariadas. E atuamos de acordo com o Manifesto que defende o Tribunal Popular, a independência das organizações proletárias e as reivindicações dos explorados.

Denúncias do capitalismo Os pobres dos Estados Unidos

Não é verdade que foi preciso o furacão Katrina para expor a situação dos explorados norte-americanos. É notório que milhões vivem abaixo da linha de pobreza em todo o País. Os acontecimentos de New Orleans são uma pequena demonstração da opressão sobre a população negra e proletária.



Ressaltou, no entanto, o fato da maioria pobre de New Orleans ter sido deixada para trás, enquanto a minoria rica fugiu da inundação. Justamente os bairros dos trabalhadores negros estavam mais expostos. As autoridades sabiam disso e permitiram que velhos, crianças, jovens e mulheres fossem tomados pelas águas.

Após o desastre, o socorro não veio e a população ficou à mercê das águas infectadas pelo apodrecimento dos mortos e da conexão com os esgotos da cidade. O governo estima milhares de vítimas, mas evita divulgar os números.

Mas a catástrofe, por si só, diz tudo. Uma economia de 13 trilhões de dólares, que controla cerca de 35% economia mundial e que gasta em segurança (militarismo) mais de 500 bilhões de dólares permite que milhares de pobres morram como ratos. Deixa milhões na miséria e sem saneamento básico, causas da proliferação do cólera. E quando aqueles que ficaram sem teto, sem emprego e sem comida saqueiam os supermercados, o governo logo desecadeia a repressão, que é rapidamente organizada para garantir a proteção da propriedade dos exploradores.

É esse mesmo capitalismo que vem saqueando a natureza e desequilibrando a ecologia. As manifestações naturais têm sofrido brutais interferências do sistema econômico mundial, voltado inteiramente para o acúmulo de capital. De forma que expressa a anarquia da produção e do consumo desencadeando forças brutais.

O capitalismo há muito entrou na fase de decadência, cujas conseqüências são a destruição do homem e da natureza. Esse fenômeno geral se evidencia nas catástrofes ecológicas, nas guerras e na miséria que assola a maioria da população mundial.

A mais poderosa potência permite que morram milhares de pessoas por serem pobres e sufocam países inteiros com suas guerras de opressão – Iraque e Afeganistão.

O governo e a burguesia norte-americana cometem crime contra a humanidade. O problema está em que o proletariado desse país, da qual faz parte a maior parte da população negra, não formou seu partido revolucionário. Está sob o domínio da burguesia monopolista e racista.

Os acontecimentos mostram que a crise da humanidade é a crise de direção política. A formação do partido operário revolucionário no Brasil e sua transformação em dirigente das massas exploradas, sem dúvida, ajudará o proletariado mundial a se fortalecer como classe revolucionária. Essa é a principal lição, para nós brasileiros, a ser tirada da catástrofe de New Orleans.

Brasil, um dos países mais desiguais do mundo

A pesquisa de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) coloca o Brasil na 63ª colocação entre 177 países. Os cálculos levam em conta o índice de renda, saúde e educação. Esse estudo, apresentado pelo Banco Mundial/ Unesco, reforça a profunda desigualdade social em nosso país. Revela que os 10% mais ricos ficam com 46,9% da renda total e os 5% mais pobres com apenas 0,7%. Se levar em conta as taxas atuais de crescimento econômico, os 20% mais ricos continuam se apossando de uma parte da riqueza 30 vezes maior do que os 20% mais pobres.



O 63º lugar, aparentemente melhor do que o ano anterior, se deu em função de revisão nos tais indicadores. Se levasse em conta a renda dos 20% mais pobres e não o PIB per capita, o Brasil estaria na 115ª colocação, junto com a Bolívia e Honduras.

Esse estudo só vem confirmar o quanto os pobres se tornaram mais pobres e os ricos mais ricos. E que o crescimento econômico, tão divulgado pelo governo do PT/Lula, não trouxe melhoria geral das condições de vida do povo. Ao contrário, se faz às custas da superexploração do trabalho, do desemprego e da miséria e em benefício de uma ultra-minoria de banqueiros, latifundiários e industriais.

Enquanto existir o sistema de exploração do trabalho, a propriedade privada dos meios de produção, mais se ampliará a desigualdade social. Somente com a transformação em propriedade coletiva (social) é que se eliminará essa chaga capitalista.

Cresce o comércio mundial de armamentos

Dados do relatório "Transferências de Armas Convencionais para Nações em Desenvolvimento" mostram que o comércio mundial atingiu cerca de 37 bilhões de dólares em 2004. Os Estados Unidos monopolizaram as vendas com 12,4 bilhões de dólares, o que significa 33,5% de todos os contratos e acordos de vendas do mundo. A Rússia ocupa a segunda posição, 6,1 bilhões de dólares, o que equivale a 16,5%. A Inglaterra ficou com o terceiro lugar com 3,2 bilhões de dólares. Em quarto, Israel com 1,2 bilhões de dólares. E quinto, a França com 1 bilhão de dólares.

Diz ainda que a venda de armas a países "em desenvolvimento" teve um crescimento, representando 58,9% de todos os acordos de vendas de armas em 2004. A China passou a ser a maior compradora, no período de 2001-2004, num total de 10,4 bilhões de dólares. Seguida pela Índia (US\$7,9 bilhões) e Egito (US\$6,5 bilhões).

Isso evidencia o alto grau de decomposição do sistema capitalista. A indústria das armas cresce. Os Estados Unidos detêm a maior fatia desse mercado. Os lucros fabulosos advêm da necessidade da violência reacionária imposta pelos capitalistas e seus governos.

Plenária da Oposição Unificada

No dia 27 de agosto foi realizada a Plenária da Oposição Unificada. Estiveram presentes as correntes que compuseram a chapa 2 para as eleições da Apeoesp. O POR/Corrente Proletária atuou com o documento que continha 4 pontos: a) tarefas da oposição unificada; b) superar os problemas apresentados; c) concretizar a direção colegiada nas regionais; d) pôr em prática a democracia operária. Conclui o texto com a defesa das denúncias feitas pela FOS sobre o funcionamento e benefícios concedidos à diretoria estadual. Propôs que a Oposição Unificada assumisse a campanha e exigisse a constituição de uma comissão, eleita na assembléia, para investigar e tomar as medidas cabíveis contra os burocratas corruptos. Publicamos no final desse balanço o documento distribuído.

Nossas diferenças em relação à crise política do governo

O ponto central da situação política foi a discussão da crise do governo Lula. Cada corrente fez uma exposição e concluiu com as bandeiras para o movimento.

O agrupamento Avançar a Luta Socialista analisa a crise e diz que “a alternativa que melhor dialoga com os milhões de trabalhadores desiludidos é a proposta do plebiscito revogatório. Que o povo decida se Lula deve ficar até dezembro do próximo ano, ou se as eleições devem ser antecipadas e as reformas aprovadas por esse governo sejam revogadas”. E conclui que “a classe trabalhadora decida qual é a saída”. Sobre a CUT diz: “Nesse cenário muito embora ainda represente (CUT) as maiores entidades de trabalhadores como: metalúrgicos, bancários, químicos e professores, está aberto o processo de transição com vistas a constituição de um novo movimento que resulte na criação de uma nova central sindical”. Em seguida, afirma que “não achamos correto virar as costas para os milhões de trabalhadores que a CUT representa apenas para substituir um aparelho sindical por outro”. Finaliza que a crise tem servido para rearticular a “esquerda socialista em nível nacional” e que é preciso participar dos três movimentos: “Conlutas, Assembléia Popular e o Movimento Socialista”.

A Frente Socialista de Oposição (FOS) diz: “não há dúvida nenhuma de que Lula sabia de todo o esquema de corrupção que envolve seu governo. Aliás, esse fato (corrupção) foi somente o elemento que faltava para caracterizarmos o governo Lula como um governo burguês, pois, seu programa de governo já pregava o pagamento da dívida externa”. Defendeu a bandeira de “oposição de esquerda ao governo Lula e suas políticas neoliberais”. A organização da “oposição de esquerda” mostra aos “trabalhadores que não será pela via eleitoral que as reivindicações da classe serão atendidas e que somente a luta pelo socialismo poderá fazê-lo”. Sobre a desfiliação da CUT afirma: “a CUT já apoiava abertamente o governo Lula e suas reformas, agora está fisicamente nesse governo”... “Precisamos abrir na base de nossa categoria uma discussão a respeito da relação que a Apeoesp deve ter com a CUT...”. Na intervenção, deixou clara a posição de rompimento com a CUT.

O PSTU fez um balanço exitista do ato contra Lula em Brasília e do II encontro Nacional da Conlutas. Reforçou sua posição de construção de uma nova Central. Diz assim: “uma nova

Central é um elemento de fundamental importância para a reorganização e integração do movimento de massa brasileiro, na perspectiva da gestão de um projeto para o país, que rompa com a lógica reformista da via eleitoral e aponte no sentido da necessidade da revolução socialista, da ruptura com o imperialismo e de um governo dos trabalhadores que exproprie a burguesia”. Defendeu a bandeira do “Fora Todos” e como “saída viável” é a “ação e organização das massas” para derrubar o governo e todos os “capachos da burguesia e do imperialismo e construir uma alternativa de poder”. Critica aqueles que propõem o impeachment ou a antecipação das eleições. E conclui que “uma saída viável nos marcos da democracia burguesa só serviria para levar ao poder um novo governo de direita legitimado por eleições”.

O Socialismo Revolucionário, que integra o PSOL fez a defesa do plebiscito. Os grupos menores que compõem a Oposição Alternativa puderam se expressar, mas não apresentaram textos à plenária.

O POR/Corrente Proletária colocou-se pela defesa da independência política dos explorados. Levantou a bandeira dos Tribunais Populares, como organismo criado pelas massas, que expressa a independência de classe, como instrumento de apuração e punição dos crimes da burguesia, que envolve o governo Lula. E que a tarefa colocada é a defesa das reivindicações dos trabalhadores e o método da ação direta. Posicionou-se contra a cisão com a CUT e defendeu a formação da fração revolucionária capaz de varrer com a burocracia vendida que se apossou da Central e da maioria dos sindicatos.

Esse quadro demonstra que as correntes que compõem a Oposição Alternativa se dividem entre o apoio às posições do PSTU (MTS) e a defesa dos instrumentos da democracia burguesa como saída para a crise. Não por acaso a defesa do plebiscito revogatório e do resgate da CUT. O FOS, que não é da Oposição Alternativa, segue a linha do PSTU de romper com a CUT e mantém a formulação de “oposição de esquerda”, também do PSTU.

A ALS usa a retórica de não virar as costas para as bases que estão na CUT, mas se enfileira por detrás da ruptura com a Central, capitaneada pelo PSTU. Ao defender o plebiscito revogatório e antecipação das eleições coloca-se no campo do PSOL. Expressa uma posição democratizante.

O PSTU tem mudado de posição constantemente. Começou com “oposição ao governo Lula”, “CPI é ultra-limitada”, pas-

sou para "oposição de esquerda", exigiu que o Ministério Público investigasse Lula e chegou no "Fora Todos". Defendeu que a plenária votasse o "Fora Todos" e a "ruptura com a CUT", que foi rejeitada pela maioria dos presentes.

Como se vê, a Oposição Unificada reúne diferentes posições sobre o governo, o PT e a CUT. A unidade em torno do programa da chapa 2, que para algumas correntes é formal, é o elo que permite o POR intervir nas plenárias combatendo a via democratizante e o ultra-esquerdismo do PSTU e seus aliados.

O PSTU rejeitou o debate sobre o funcionamento da Oposição Unificada

A FOS e o POR eram favoráveis à discussão do funcionamento da Oposição Unificada e, conseqüentemente, da conduta política dos diretores eleitos pela chapa 2. Havia a denúncia de favorecimentos no uso dos recursos do sindicato, feito pela FOS, que necessitava uma clara posição da Oposição Unificada.

O POR apresentou no documento a defesa das plenárias regulares, constituição de uma coordenação frentista, responsável pela convocação das plenárias e controle dos membros que compõem a diretoria e as executivas regionais por parte das plenárias.

O PSTU alegando que a Oposição Alternativa não havia feito esse debate propôs que fosse colocado na próxima plenária (para daqui dois meses). Com isso, demonstrou que pretende primeiro

Reproduzimos abaixo o texto divulgado pela Corrente Proletária na plenária da Oposição Unificada

Plenária da Oposição Unificada

A convocação da plenária da Oposição Unificada foi um dos compromissos da chapa 2 durante o processo eleitoral. E o objetivo era e é o de fazer um balanço das eleições, crítico e auto-crítico, e colocar em ação o programa aprovado na convenção. A Corrente Proletária/POR divulgou o folheto com esse balanço e apresentou as tarefas desse setor oposicionista. Destacou também que o voto de apoio crítico à chapa 2 se deu em função de traços burocráticos manifestados na Convenção, que aprovou o programa, mas rejeitou a composição da chapa a partir da proporcionalidade direta, prevalecendo acordos pré-existentes entre as Correntes. Não houve qualquer boicote à campanha eleitoral, ao contrário, a corrente proletária atuou na defesa do programa, tanto em nível estadual quanto nas regiões. Combateu as posições introduzidas durante a campanha que não haviam sido aprovadas na convenção.

Tarefas da Oposição Unificada

A vitória da chapa 2 na capital, na Grande São Paulo, e em algumas subsedes do interior comprovou o descontentamento de parcela significativa do professorado com a política da burocracia situacionista, expressa no PT e seus aliados do PCdoB. Revelou também o desejo pela independência do sindicato diante dos governos e a necessidade de pôr em ação a democracia coletiva em todas as instâncias da Apeoesp. Derrotar a burocracia foi assumida por esse contingente de professores, que viam a importância da unificação da Oposição. Daí a importância da continuidade desse trabalho frentista.

convencer a Alternativa de que é possível aceitar alguns favorecimentos criados pela ala majoritária da diretoria e que o controle dos diretores não deve ser submetido às plenárias.

A não discussão desse ponto permite que a maioria dos diretores eleitos pela chapa 2 não seja controlada pelas plenárias de base da Oposição Unificada. Essa conduta reforça os traços burocráticos e possibilita ações opostas à democracia operária, como assumir individualmente ou pela corrente a qual pertencem os celulares com créditos ilimitados, a troca de notas etc.

O episódio da compra dos apartamentos, que foi rejeitada na assembleia, com o voto da Oposição Unificada, não impediu que setores dessem um passo atrás na plenária. A resolução apresentada por parte da Oposição Alternativa dizia assim: "Em relação à Casa do professor a Oposição Unificada considera ser necessário o debate com a categoria para sua aquisição ou não. Nosso posicionamento contrário na Assembleia deu-se pelo fato de que o que se estava encaminhando era a compra de apartamentos para utilização dos diretores e pequena parcela da categoria. Qualquer aquisição tem de estar a serviço da categoria e da luta". Essa resolução é falsa. O que foi encaminhado na assembleia foi a rejeição à compra dos apartamentos. O posicionamento contrário desses setores na assembleia se deu em função de suas bases, que não aceitariam a aliança com a Articulação contra aqueles que rejeitavam a compra.

Está aí por que era e é preciso discutir e aprovar as formas organizativas de funcionamento da Oposição Unificada.

A experiência tem nos mostrado que a formação de chapas eleitorais frentistas se encerra logo após o pleito. Nesse sentido, é fundamental que a plenária se coloque por discutir os seguintes problemas: 1) A Oposição Unificada continuará ativa?; 2) Essa frente oposicionista permanecerá defendendo o programa aprovado na convenção?; 3) Manterá as plenárias para discutir, controlar as ações dos militantes eleitos pela chapa tanto na diretoria quanto nas subsedes e aprovar um plano de organização junto às escolas? Trabalhará para que essa Oposição seja de fato reconhecida como antiburocrática e de luta junto ao professorado?

A Corrente Proletária se empenhará para que a Oposição Unificada não se adapte às pressões da burocracia, ao aparelho sindical e ao conservadorismo de uma parte dos professores, que se encontram dominados pelo corporativismo e imobilismo, reflexos desses anos de domínio de uma burocracia sindical. Para isso, a Oposição Unificada deve estar apoiada em plenária convocadas regularmente para avaliar a atuação frentista na diretoria, nas regionais e junto aos movimentos. É fundamental, portanto, superar a visão eleitoral-aparelhista de se fazer frente somente quando se avizinham as eleições sindicais.

O POR/Corrente Proletária trabalha por constituir uma direção revolucionária para a Apeoesp. O que implicar varrer a burocracia, para recuperar o sindicato como instrumento da luta de classe contra os governos e o Estado burgueses. Daí a importância de combater toda e qualquer tendência burocrática e carreirista em nossas fileiras.

A luta contra o burocratismo sindical está atrelada ao combate aos ataques dos governos contra os trabalhadores. Isso exige que a Oposição Unificada organize a mobilização coletiva dos professores, diferenciando-se da política imobilista/conciliadora da ala majoritária da diretoria. Assim, qualquer medida governamental de manutenção do arrocho salarial, de emprego, de redução de direitos trabalhistas etc., requer respostas rápidas desse setor oposicionista. Delimitar as diferenças entre o setor situacionista e a Oposição Unificada é um meio para ganhar confiança na classe.

Nesses dois meses, a Oposição Unificada já teve oportunidades de responder aos ataques do governo e ao imobilismo da burocracia sindical. 1) o fechamento de salas do EJA; 2) as demissões da FEBEM; 3) a farsa do concurso; 4) as mentiras sobre o reajuste salarial. O que verificamos foi a falta de ações comuns.

No caso do EJA, o governo, por meio das Diretorias de Ensino, não permitia que as escolas formassem salas com menos de 45 alunos, alegando "não haver demanda" e, com isso, muitos professores estavam na iminência de redução da carga horária e conseqüente diminuição do salário e de perda do emprego. No caso da FEBEM, com a reorganização do ensino, os professores estavam sob as mesmas ameaças, com o agravante serem pegos de surpresa nas férias.

Diante desses ataques, como era esperado, a ala majoritária da diretoria da APEOESP (Articulação, ArtNova e PCdoB) se fez de morta. A Oposição Unificada, por sua vez, também não respondeu de forma unitária. Em relação ao EJA, faltou a atuação da maior parte de seus membros nas subseções para levantar dados acerca das escolas que têm EJA e responder com as bandeiras de diminuição de alunos por salas, abertura de todas as salas e nenhum professor desempregado.

Sobre nossas reivindicações de reajustes salariais, de fim das reformas neoliberais que destroem direitos e das manobras do concurso, a Oposição Unificada também não tem atuado coletivamente. Ressaltamos que sem as discussões regulares, por meio das plenárias, não podemos superar as fraquezas da Oposição Unificada.

Defendemos: 1) Plenárias regulares; 2) constituição de uma coordenação frentista, responsável pela convocação das plenárias e encaminhamentos das decisões coletivas.

Nas regionais, concretizar a direção colegiada

Na maioria das subseções onde a Oposição Unificada venceu, foi defendido e aprovado que a gestão destas deveria se dar através do colegiado. Sabemos que este se caracteriza por um trabalho coletivo, que implica reuniões regulares, divisão de tarefas, campanhas conjuntas e um jornal da região. Para isso, é preciso pôr em prática. Ocorre, no entanto, que, em diversas regiões, companheiros da Oposição, não aparecem nas regionais, não se reúnem com os demais membros da chapa, não visitam escolas e nem assumem atividades coletivas (como cursos preparatórios para o concurso).

Essa atitude, além de sobrecarregar alguns enfraquece a Oposição em seu trabalho de consolidação da vitória nas re-

giões, abrindo espaço para a burocracia se reinstalar nas subseções.

A Oposição Unificada deve assumir de maneira séria e com dedicação seu trabalho nas subseções. Deve começar por educar-se a realizar reuniões regulares para a elaboração de um plano de trabalho, para a divisão de tarefas etc. Sempre tendo como perspectiva o método da ação direta, o combate aos ataques do governo e a política imobilista da burocracia sindical e a democracia operária.

Pôr em prática a democracia sindical (operária)

A FOS apresentou um boletim contendo várias denúncias sobre a utilização dos recursos do sindicato, resultado do seminário da diretoria da Apeoesp. Antes de divulgá-lo, o POR colocou-se pela necessidade de uma reunião para discutir o problema e as formas de denúncias. A reunião não existiu e a FOS apresentou no RE de agosto. Criticamos o método e nos colocamos a favor de uma reunião para que o problema fosse tomado de forma coletiva na Oposição Unificada. Sobre o problema da compra dos apartamentos, a nossa posição foi radicalmente contra.

Sabemos que a burocracia utiliza o sindicato como empresa de negócios (colônia de férias, planos de saúde privados, hotéis para reuniões e congressos etc), terceiriza os serviços para favorecer as empresas e faz dele um meio para conseguir algumas benesses particulares (celulares, plus, liberações, acessórias etc). A Oposição Unificada nasceu combatendo a conduta dessa burocracia. Como parte minoritária na diretoria, o PSTU, FOS e OS são responsáveis pela aplicação da democracia sindical, que envolve os princípios do sindicalismo de luta de classe e os integrantes da Oposição Unificada são também responsáveis pelo cumprimento do programa. Daí a importância das plenárias regulares.

Reafirmamos um dos princípios fundamentais da democracia sindical: controle das bases sobre sua direção e de todos os recursos financeiros. Para nós da Oposição Unificada, inclui: o controle dos membros que compõem a diretoria e as executivas regionais por parte das plenárias.

Diante das denúncias feitas pela FOS, defendemos:

1. Que nenhum membro da oposição unificada tenha afastamento integral da sala de aula;
2. Que nenhum diretor ou conselheiro receba subsídios pelo fato de ocupar cargos;
3. Que nenhum diretor aceite a contratação de assessorias;
4. Que o salário do diretor ou conselheiro seja o mesmo de um professor com jornada básica;
5. Que o valor do ticket seja igual ao que o Estado paga. Que os meios para as atividades políticas junto às escolas ou ao movimento social sejam discutidos e aprovados em assembleias.
6. Que a Oposição Unificada aprove a constituição de uma comissão eleita na assembleia para investigar o uso do dinheiro dos sindicalizados. E que essa comissão apresente em assembleia toda a investigação e esta tome as medidas cabíveis.

Nesta edição:

- Uma Passagem não Esclarecida na História do POR (A Suposta Cooperação entre o MNR e o POR)
- O POR afirma que boa parte da população repudia o eleitoralismo e a burguesia
- A Lição Revolucionária dada Pelo POR na Questão Eleitoral

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Uma Passagem não Esclarecida na História do POR (A Suposta Cooperação entre o MNR e o POR)

Uma Ruptura Entre a Lenda Difundida no Exterior e as Discussões no Interior do País

Os dados que nos servem de base foram tomados do livro de Robert J. Alexander, "A Revolução Nacional Boliviana", publicado em abril de 1961 pela Direção Nacional de Informações.

O publicista e professor universitário norte-americano Alexander se tornou conhecido pelas suas publicações, principalmente sobre a trotskismo latino-americano e mundial. Citamos alguns de seus livros:

"O Movimento Operário na América Latina", 1967. Sublinha o papel jogado pelo trotskismo, particularmente o boliviano, no campo sindical. As teses escritas por Alexander nesse volume serão repetidas em outros escritos.

"Problemas Internacionais" (1972) contém um longo artigo chamado "O Trotskismo na América Latina", que é um resumo do livro "O Comunismo na América Latina", com algumas complementações posteriores. Dedicamos muito espaço a descrever as peripécias do POR em suas vinculações com a IV Internacional. Os dados apresentados não são cem por cento corretos.

Em 1973, publicou "Trotskismo na América Latina". Nele também é dedicado maior espaço ao POR boliviano.

Sua maior obra, "Trotskismo Internacional", é um grosso volume de 1125 páginas. Para esse autor a seção boliviana, junto com a do Ceilão, são consideradas a de maior importância dentro da IV Internacional.

R. Alexander não somente é ligado ao governo norte-americano, como também confessou publicamente sua adesão ao MNR e à política seguida por esse partido em 1952.

Em sua obra "A Revolução Nacional Boliviana" Alexander afirma: "Tenho uma franca simpatia com tudo que está ocorrendo na Bolívia desde o 9 de Abril de 1952. Sem dúvida, espero ter sido capaz de ver e compreender as debilidades e abusos no processo revolucionário, e de apresentá-los, assim como seus pontos fortes e triunfos ..."

Quando analisamos suas opiniões e escritos, não devemos esquecer das vinculações que mantém não só com o governo norte-americano como também com o próprio movimentismo. Destacamos que suas apreciações muitas vezes aparecem de-

formadas por esse motivo..

Nós trotskistas bolivianos, cometemos um grande erro ao menosprezar o peso dos escritos de Alexander e de suas conclusões, sobretudo em nível internacional, onde é considerado um dos mais importantes especialistas em questões sociais, comunistas e trotskistas, particularmente no marco do continente latino-americano. Outro dado importante, seus escritos circulam principalmente em língua inglesa e têm uma importância sobretudo nos Estados Unidos.

Parece-nos que seria uma conclusão precipitada dizer que tudo o que escreveu saiu exclusivamente de sua cabeça ou de suas investigações. Não podemos esquecer que, mesmo durante o governo do coronel Villarroel (RADEPA-MNR), o bloco formado entre os partidos da rosca e o estalinismo (que neste momento se chamava Partido da Esquerda Revolucionária - PIR - que mais tarde se transformará no Partido Comunista da Bolívia) é quase contemporâneo à irrupção do trotskismo boliviano no cenário político. Foi um fenômeno tardio, pois a apaixonada luta entre o então poderoso estalinismo e a Oposição de Esquerda trotskista era muito conhecida na Europa e também em muitos países latino-americanos.

Sentimos na pele os frutos da teoria estalinista da necessária e obrigatória revolução democrática nos países atrasados (colônias e semicolônias), que para eles deveria ser uma etapa preparatória de uma distante revolução socialista. Esta bandeira obrigatória dos partidos estalinistas de descobrir ou inventar núcleos burgueses progressistas que deveriam ser apoiados para ser possível a revolução democrática.

Para a Frente Democrática Antifascista (anteriormente chamada de União Democrática Boliviana), o principal inimigo era o bloco MNR-RADEPA, considerado por eles fascista. Para os Estados Unidos, esta caracterização de seu inimigo visível na Bolívia era correta. Vai ser assim até o momento em que se viu obrigado a cooperar com os "agentes nazi", isto para poder controlar as massas bolivianas, tão inclinadas à agitação social.

Esses acontecimentos coincidiram com a irrupção do POR no cenário político e suas atividades no campo sindical. A propaganda mural porista alarmou a polícia e desatou uma forte repressão. No início de 1946 — sobretudo pelo que ocorreu no Congresso Mineiro de Catavi-Siglo XX — o PIR suspeitava que,

por detrás das trincheiras inimigas, o trotskismo estava se constituindo num perigoso adversário. Através de seus jornais, o PIR denunciava que os militantes do POR estavam se transferindo para os centros mineiros como cabeça de ponte do movimentismo, pagos pelo governo. Os piristas H. Quiroga e Iñiguez difundiram estes contos no jornal "La Patria" de Oruro.

A manobra não teve nenhum efeito, pois os trotskistas, no próprio Congresso Mineiro, conseguiram aprovar uma moção de repúdio ao governo Villarroel. O Terceiro Congresso Mineiro foi o ponto alto na diferenciação da Federação Mineira (FSTMB) do governo burguês.

Quando ocorreu o golpe reacionário de 21 de julho de 1946, a rosca e o estalinismo não se cansaram de acusar o POR de atuar no seio das massas como cabeça de ponte do MNR, nesse momento desbaratado pela repressão. Esqueceram-se de que, no governo do RADEPA-MNR, a direção porista era perseguida.

Nas eleições gerais de 1947, foi formada uma frente política entre o POR e a FSTMB que foi vitoriosa nos centros mineiros. O estalinismo e a rosca sustentaram a tese de que se tratava de uma manobra movimentista e os poristas foram chamados de nazi-trotskistas, e iniciaram uma brutal repressão policial.

No número 14 de "Temas Sociais" — Revista da Sociologia da UMSA — está incluído um estudo de José Antônio Arze, intitulado "Panorama dos Partidos Políticos Bolivianos em 1947", que é muito sugestivo. Oferecemos como síntese esse breve parágrafo:

"Durante a época de Peñaranda, os poristas se mostraram ativos na luta contra o PIR, mas sem resultado algum. Sob o governo de Villarroel, Lora e outros dirigentes do POR ocuparam postos no governo e recebiam subsídios para lançar panfletos contra os piristas. Depois da revolução de 21 de Julho, o líder movimentista dos mineiros Lechin opta por se apresentar como aliado deles, dá-lhes acesso às minas, e desse modo o POR cresce com uma aparente força de influência no proletariado mineiro, que na realidade não tinha, pois Lechin e seus mineiros são antes de tudo movimentistas e villarroelistas. Nas eleições de 1947, o POR conseguiu eleger um senador pelo Departamento de Potosí e uns dois deputados em importantes centros mineiros como Catavi e Huanuni. Essa força artificial do trotskismo na Bolívia, sem igual em nenhuma parte do mundo, isso se não analisamos o que existe por detrás das aparências, deve incentivar meditação de todo marxista do continente sobre o perigo da demagogia nazi-fascista quando se apoderou de camadas operárias com escasso nível de educação política, como é o caso das massas mineiras do altiplano".

É sugestivo que os editores tiveram de acrescentar uma nota ao parágrafo transcrito: "Essa tipificação nos enche de dúvidas, pois não sabemos se Arze se refere ao trotskismo boliviano, ou ao movimentismo que alentou seu crescimento. Em todo caso, serão necessárias maiores confrontações para determinar seu verdadeiro alcance." Devemos sublinhar que os editores também se alinham entre os que crêem que foi o MNR que "alentou o crescimento" do POR.

Era evidente a luta do trotskismo contra o MNR e seu governo, que aparece documentado amplamente nas "Obras Completas". Sem dúvida, os fabricantes da opinião pública in-

ventaram todo tipo de cooperação dos trotskistas com os então chamados nazi-fascistas. Não se tratou de um acordo político entre tendências políticas contrapostas, mas apresentava-se o POR como uma cria do MNR. Na tese de Arze, Lechin aparece como instrumento dessa operação. Não é demais afirmar que essas especulações temerárias violentam demais os fatos.

Estamos nos referindo à linha política do POR, que no campo sindical aparecia sob as "Teses de Pulacayo", e não sob atitudes ocasionais, isoladas e incoerentes que certamente ocorreram por parte de alguns militantes poristas, como consequência das pressões sofridas pelo estalinismo e pelo movimentismo. Mas nenhuma dessas pressões conseguiu desvirtuar a linha revolucionária do POR.

Devemos nos perguntar, como podia haver entendimento, cooperação ou apoio ao governo movimentista em algum momento da história do POR, se publicamente não cessou a polémica entre o trotskismo e o MNR e seus vários governos? Além do mais, em nenhum momento houve discussões buscando acordo entre o porismo e o movimentismo enquanto partido.

Existe um fato fundamental que nossos adversários não levam em conta, e isto deliberadamente, pois põe em evidência a impossibilidade de cooperação entre o porismo e o movimentismo. O POR — superando nesse aspecto toda a esquerda existente —, armado do materialismo histórico e da teoria da revolução permanente, penetrou nas massas operárias e conseguiu impulsionar o desenvolvimento da consciência de classe destas. O trabalho sindical do trotskismo levou-o a encarnar a consciência classista e a fez concretizar como criação histórica. Esses fatores determinaram seu rápido fortalecimento, particularmente político.

No terreno dos fatos foi se expressando como a encarnação da política revolucionária do proletariado. O caminho que percorreu começou com a afirmação da independência ideológica dos trabalhadores em relação às correntes pró-burguesas ou puramente burguesas, passo imprescindível que levou as massas a se chocarem com os planos governamentais do movimentismo que iam no sentido de alcançar o desenvolvimento capitalista global e independente do país.

Isso mostra que o propósito de afirmar-se como partido revolucionário obrigava o POR a se diferenciar e se opor ao MNR. Seu objetivo fundamental era o de afirmar-se como partido proletário independente e radical, pois propunha a revolução social, mesmo quando no país imperavam os governos movimentistas.

O Partido Operário Revolucionário se diferenciou — e agora também se diferencia — dos pretensos partidos de esquerda por sua firme posição de que na atrasada Bolívia a luta entre a burguesia e o proletariado é irreconciliável e excludente, o que abre a perspectiva da revolução social e da ditadura proletária, isso pelo caminho insurrecional e de forma nenhuma pelo eleitoralista.

Certamente, o trotskismo foi o primeiro a denunciar que a política movimentista, principalmente a governamental, tinha um conteúdo capitalista e por isso mesmo era oposta à colocada pelo POR.

Uns e outros apóiam sua argumentação na relação individual que o POR iniciou com Lechin. Essa relação é que chamaram de cooperação entre o POR e o MNR, e inclusive de apoio

trotskista à política desenvolvida pelos governos movimentistas.

O POR entrou em contato com Lechin com o objetivo de formá-lo como revolucionário esse dirigente sindical argumentava na época que estava convencido de que o MNR não era nenhuma garantia para a libertação dos explorados, nem o país da opressão imperialista. Pode-se argumentar que essa atitude era hipócrita. Pode ser, pois Lechin, como ficou evidente depois, não estava interessado na doutrina revolucionária e o que imperava em sua cabeça era o convencimento de que as idéias eram secundárias frente à urgência de governar, de estar no poder. De qualquer maneira o Lechin daqueles tempos aparecia como opositor da política movimentista e disposto a difundir as idéias poristas. Ninguém ignora que nessa época e mesmo depois, em várias oportunidades, repetia o que o POR pensava e escrevia. Tendo inclusive militado clandestinamente no POR por um breve período.

A Tese de Alexander Sobre a Cooperação e Apoio do POR ao MNR

Pelo que expomos anteriormente, será fácil compreender que a tese central de Alexander de uma pretensa cooperação (ou apoio) do POR com o MNR foi tomada da ativa e nutrida propaganda desencadeada, sistemática e permanente, pelo estalinismo e pela rosca contra o trotskismo. Os dados que seriam as provas de sua tese estão cheios de erros, limitações e contradições, o que prova que Alexander não realizou uma investigação pessoal profunda ao redor da questão que trata.

Sintetizamos alguns dados que Alexander proporciona em "A Revolução Nacional Boliviana" (esse título insinua que a revolução boliviana foi nacionalista, o POR sempre defendeu que foi uma revolução socialista usurpada pelo MNR):

"Juan Lechin era um homem de pouca educação política, como resultado disso ele confiava principalmente em um grupo de membros do POR... Ainda que esses trotskistas não tivessem um apoio amplo entre as bases mineiras, eles utilizaram a influência sobre Lechin para fazer aprovar no Congresso da FSTMB de 1945 (foi nos fins de 1946, GL), a famosa Tesis de Pulcayo, um documento que utiliza a terminologia marxista-trotskista (insinua que existe outra, marxista-estalinista, GL) ao extremo, que tem sido usada como "prova" do marxismo e da atitude perigosa de Lechin". Por esse trecho podemos perceber, que Alexander insinua que o líder mineiro estava implicado na conjura para impor as teses trotskistas. A verdade é bem diferente. Já escrevemos que o embrião das "Teses de Pulcayo" devia ser apresentado no Congresso de Catavi e o encarregado de fazê-lo era Lechin, que não o fez, pois disse que lhe roubaram o projeto de seu bolso. Em Pulcayo, as Teses foram apresentadas às costas de Lechin, que no Congresso seguinte tentou revizá-la, mas que teve seu intento frustrado.

Referindo-se às eleições de 1947, Alexander tira uma conclusão falsa e grave: "O POR trotskista se aliou ao MNR nesse período. Teve êxito em eleger um senador (foram dois, GL) e vários deputados através de um programa geral dos 'mineiros' (o programa foi do POR, GL) nas eleições de 1947, e eles cooperaram com Lechin e com elementos do MNR, dentro e fora do parlamento."

Os pontos fundamentais desse parágrafo são falsos. Não houve aliança alguma com o MNR, que nesse momento estava disperso, desorganizado e perseguido. O POR fechou um pacto político com a FSTMB, sob o nome de Frente Única Proletária, tendo como base o programa trotskista ("Teses de Pulcayo"). Os candidatos foram escolhidos pela FSTMB e pelo POR, como líder da bancada foi designado o dirigente porista. Não houve cooperação com o MNR em nenhum plano, nem sequer com os deputados movimentistas. A prova do que dizemos está no fato de que a COB, em cujo seio a fração porista era pequena, aprovou documentos básicos trotskistas, violentando os planos e a vontade do MNR e de seu governo, graças ao voto dos operários que diziam pertencer ao oficialismo. A separação com o lechinismo ocorreu quando Lechin assinava Decretos contrários às decisões cobistas.

Alexander pretende justificar sua teoria de 'cooperação' do POR com o MNR com o argumento de que os trotskistas mostraram 'simpatia' pela esquerda movimentista frente à conspiração da rosca e aos ataques do imperialismo. É absurdo confundir essa forma de rechaço à direita com cooperação política com todo MNR. Cita declarações de G. Lora ao periódico trotskista norte-americano "The Militant":

"Apóia (devia dizer propõe, GL) que a ala esquerda tome o gabinete. Dizemos que somente nós somos capazes de defender cada medida progressiva através da mobilização das massas..."

Em certo momento é partindo da evidência de que a esquerda lechinista era direção do órgão de poder chamada COB, acreditou-se poder transformar radicalmente o governo do MNR em um governo operário de forma pacífica, fazendo com que a direção cobista decidisse se apoderar de todo o poder e expulsar Victor Paz.

Lechin disse a G. Lora que "Victor é dos nossos". Desse momento em diante, aprofundou-se a crítica e luta contra o lechinismo (não os confundimos com o MNR em geral, que sempre criticamos e combatemos).

Quando o POR compara o governo movimentista com o de Kerenski quer dizer que preparava a segunda insurreição, que levaria o proletariado ao poder. Essa posição é correta para um marxista.

A tese central e equivocada de Alexander diz que o POR começou apoiando o MNR e que tardiamente cometeu o erro de criticá-lo:

"Depois dos primeiros meses, a direção do POR começou a criticar ainda mais o regime de Paz Estensoro (o que leva a supor que anteriormente o apoiava, talvez incondicionalmente, GL), particularmente depois que militantes do MNR se apoderaram do controle da COB em outubro de 1952..." A seguir coloca o disparate de que o POR queria converter a COB num soviete, apesar de que realmente nasceu como órgão de poder e protagonizou em seus primeiros momentos a dualidade de poderes com o governo Paz Estensoro.

O co-governo MNR-COB foi outra das enganações do movimentismo para que os ingênuos acreditassem que os explorados e oprimidos já estavam no poder, no fundo foi uma manobra encaminhada a neutralizar a propaganda porista em favor do governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

As idéias incluídas em “A Revolução Nacional Boliviana” sempre nos pareceram tontas e não nos detivemos a comentá-las com atenção.

Isso foi um erro, pois nossos críticos do exterior, incluindo muitos autoproclamados trotskistas, utilizaram esse material para desenvolver a tese peregrina de que o apoio do POR ao MNR impediu que o trotskismo chegasse ao poder em 1952.

Pouco mais tarde a crítica pablista sustentou que a direção do POR era derrotista, pois a classe operária já estava com um pé no poder, na medida em que os trotskistas eram donos da COB, etc. Essa argumentação era formada por um acúmulo de erros e levava a capitulação perante o nacionalismo, dessa vez

encarnado na ‘esquerda’ lechista.

Recordemos que a política porista partia da seguinte conclusão: o antiimperialismo do MNR, devido ao seu conteúdo, a sua natureza de classe, estava condenado a se transformar em servilismo ante o imperialismo norte-americano. Por isso era nossa obrigação combater o MNR e não colaborar com ele. O fato do POR ser o que é agora, o partido revolucionário que é o guia orientador das massas, prova que sua política era acertada.

Julho de 1996

(extraído das “Obras Completas de Guillermo Lora” n. LXIII).

Bolívia

O POR afirma que boa parte da população repudia o eleitoralismo e a burguesia

“La Pátria” de Oruro (29 de julho de 2005) diz o seguinte, em seu comentário sobre a atitude assumida pela direção da COB frente ao problema eleitoral:

“O Conselho Consultivo do Magistério Urbano de La Paz rechaçou a participação do setor laboral nas próximas eleições gerais. A Central Operária Boliviana (COB) afirma que este setor esperneia porque o Partido Operário Revolucionário de Guillermo Lora não foi levado em consideração no debate com o Gabinete Presidencial.

Vilma Plata, representante da Federação dos Trabalhadores da Educação urbana de La Paz na Central Operária Departamental afirmou que o secretário executivo da COB somente procura se manter no cargo e distrair as bases com seu ufanismo eleitoral.

Na Casa Social dos Mestres (Professores), estão se reunindo de forma massiva delegados sindicais para assinalar que recha-

çamos como setor a chacota eleitoral dos politiqueiros que hoje estão nos oferecendo o céu e as estrelas, mas sabemos que amanhã, quando chegarem ao poder, a única coisa que vão fazer é ratificar a política de submetimento às multinacionais e à Embaixada Norte-Americana.

Reiterou que as eleições gerais não solucionarão problemas como a fome, a miséria e o desemprego, e que, portanto estão fazendo um chamado aos trabalhadores para organizar a batalha que cedo ou tarde se produzirá, pois a crise econômica não será solucionada (melhor se agravará ainda mais) com a eleição de um novo presidente.

Segundo Vilma Plata, das próximas eleições surgirá um governo totalmente débil, órfão do apoio popular e submetido à grande empresa privada. Advertiu que os comícios eleitorais serão dirigidos pela Embaixada ianque ...”

A Lição Revolucionária dada Pelo POR na Questão Eleitoral

A propaganda do POR, marxista-leninista-trotskista, diz que as massas bolivianas amadureceram politicamente, sendo uma de suas conseqüências seu repúdio às manobras eleitorais encabeçadas pela burguesia entreguista e esfomeadora, que faz tudo para acentuar o predomínio das multinacionais e agravar a situação dramática dos explorados e oprimidos.

Nos anos 40 do século passado, o POR explicou que o caminho eleitoral não acabaria com o capitalismo, assentado na grande propriedade privada dos meios de produção, ou seja, com a opressão e exploração da classe operária e demais classes oprimidas.

Ensinou que a lei (Constituição Política, Ordem Jurídica etc.) é a conseqüência, a expressão da base econômica estrutural, ou seja, das particularidades da propriedade dos meios de produção, nas mãos de quem se encontram, no caso do capitalismo, da grande propriedade privada.

Conclusão: Modificando ou mudando a lei, não se substitui

a propriedade dos meios de produção. Para sacudir a base estrutural da sociedade, para substituir uma forma de propriedade dos meios de produção por outra (a grande propriedade privada burguesa pela propriedade social, de ninguém e de todos) é necessário consumir a revolução social (proletária), somente depois se poderão lançar as disposições legais necessárias.

A superação das ilusões democráticas pode obrigar os revolucionários a participar das eleições e chegar ao parlamento, com a única finalidade de transformá-lo em tribuna revolucionária, a fim de que as massas cheguem ao convencimento de que a sociedade burguesa será transformada radicalmente pelo caminho da revolução, pela ação direta, armada das massas. É nessa última situação que nos encontramos no momento com a superação das ilusões democráticas.

(Extraído do Jornal “Masas” boliviano nº 1959 de 12 de agosto de 2005)